**Participação na Consulta pública sobre o Plano de Mobilidade Sustentável da Cidade de Tavira**

Venho por este meio manifestar a minha total discordância com o Plano que se encontra em consulta pública.

Em primeiro lugar manifesto a minha indignação quanto ao prazo concedido para a participação dos cidadãos. É inaceitável que o Plano, que contém quase 100 páginas e cuja consulta pública foi divulgada na passada quarta-feira dia 13 de Março na página de facebook do Município, termine a 21 de Março. Este prazo é impossível de cumprir para a participação real da maioria das pessoas. Além disso, contraria o que consta do próprio plano, nomeadamente a participação dos cidadãos em todas as fases do Plano.

Existe uma Declaração de impacto ambiental conduzida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA e realizada há quatro anos, que deu um parecer desfavorável ao atravessamento de estrada no CEAT - Centro de Experimentação Agrária de Tavira - [1] respectivo conteúdo DIA). Não é pois compreensível, nem aceitável, que no plano de mobilidade encomendado e agora apresentado a consulta pública pelo Município de Tavira, intitulado “Plano de Mobilidade Sustentável da Cidade de Tavira (PMSCT)”, se mantenha a proposta de estrada a construir,  inalterada.

Para além disso é um plano do passado, feito ao arrepio dos actuais modelos de mobilidade urbana sustentável ao favorecer o transporte automóvel, negligenciando as questões da saúde pública, do clima, da poluição, dos recursos hídricos e da convivência social.

Um plano obsoleto que não respeita as [orientações da Comissão Europeia](https://commission.europa.eu/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/priority-themes-eu-cities/urban-mobility-and-accessibility_en).1, do [Conselho Europeu.](https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/clean-and-sustainable-mobility/)2 e do Parlamento Europeu para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, nem do Pacto europeu do Green Deal, no sentido de se [retirar o tráfego automóvel do centro das cidades](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021DC0811&qid=1644666550402).3

O Plano não teve em consideração o que caracteriza Tavira, e, em particular, não teve em linha de conta o património natural e histórico da cidade. O CEAT (Centro de Experimentação Agrária de Tavira) representa e tem sido defendido,  como projeto estratégico da cidade e da região, como um centro privilegiado de promoção da Dieta Mediterrânica.

A riqueza e a defesa do património natural e cultural do CEAT está bem expressa quer na DIA referida, quer no Plano de Atividades de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica 2023-27 recentemente apresentado (UAlg/ CCDR Algarve I.P.). Este Centro faz parte da estratégia da ex- Direção Regional de Agricultura e Pescas e do município de Tavira , como local identitário da DM e como um polo de inovação. Efetivamente, entre outros, está previsto instalar no CEAT uma Quinta da DM, um Centro de Competências / Interpretação da Dieta Mediterrânica, campos de experimentação / investigação, o Museu da Terra e continuar o trabalho de recuperação e preservação de variedades tradicionais “esquecidas” de espécies mediterrânicas da região. A realização destas atividades permitirá preservar a biodiversidade, valorizar e transmitir às gerações futuras o estilo de vida mediterrânico, demonstrar modos de produção sustentáveis e potenciar o leque de atividades económicas ligadas à Dieta Mediterrânica.

**Este Plano contém uma proposta de destruição irreversível deste espaço emblemático, deste pulmão verde da cidade, que deveria ser um parque urbano agrícola e interpretativo para usufruto das populações, exemplar**  e motivo de orgulho maior de Tavira como comunidade representativa da DM-PCIH, UNESCO. A pretensão do estabelecimento da estrada  PN 371+317, que se desenvolve ao longo de 608 metros, em espaços com ocupação agrícola predominante (pomar, vinha e áreas incultas) pertencentes, na maior parte, ao Centro de Experimentação Agrária de Tavira da DRAP Algarve/ CCDR Algarve I.P. Agricultura e Pescas, irá destruir o carácter único deste espaço que desde 1926 faz parte da identidade de Tavira. De salientar, ainda, que a solução de restabelecimento da estrada PN 371+317 não estava  prevista no PDM de Tavira, em vigor há 4 anos.

Existem ainda **outros impactos mais gravosos deste projeto de Plano de Mobilidade do município**, que é mais uma oportunidade perdida de “**Pensar a cidade, como território  ordenado,  realmente sustentável  e aprazível para as suas gentes”:**

**i) Passagem de via de trânsito nas áreas de plantação de fruteiras tradicionais do CEAT junto a edificado estratégico do Centro de Competências da DM/Pólo de Alimentação Sustentável e Escolas** resulta numa perda clara de património natural, cultural, educativo e social. A ser realmente necessária criação de “nova via” a mesma poderia ser projectada próximo à periferia oeste do CEAT, opção que poderia dar serventia às populações da freguesia de Santa Luzia, conferindo melhor acesso ao Museu da Terra e ao “pulmão verde” do CEAT, sem prejudicar os valores do CEAT, preconizados no Plano de Salvaguarda da DM, e Centro de Competências da DM (importância nacional) bem como a sua conectividade pedagógica com o núcleo de escolas, que deixariam igualmente de ser “encurraladas” por estradas, e insegurança, e beneficiariam do pleno usufruto da quinta da Dieta Mediterrânica.

**ii)  Possibilidade de instalação de centro intermodal de transportes (alternativa 1) a norte da N125, sem acesso pedonal, na linha da estrada que é sugerida criar  (circular da cidade) para atravessar o CEAT.** O município dispõe de outras opções e abordagens para o centro intermodal de transportes e respectiva mobilidade e acessibilidades.

**iii) Possibilidade de instalação de centro  intermodal de transportes (alternativa 2) no CEAT onde se encontram actualmente as hortas comunitárias de Tavira.** O projecto das hortas comunitárias marca o início da revitalização do CEAT, preconiza os ODS e provém autodeterminação alimentar a mais de 67 agregados familiares da cidade, esta opção é inaceitável e demonstra bem o quão desfasado da realidade é este plano. Acresce ainda a pressão numa zona dentro da malha urbana e com acessos sensíveis tais como a R. Dr. Fausto Cansado que é zona de circulação pedonal de crianças e adolescentes no seu trajecto escolar;

**iv) Aumento do fenómeno da ilha de calor** com a substituição de várias zonas verdes existentes (que já são bastante residuais na cidade) por mais áreas betonizadas, impermeáveis e dedicadas à circulação e estacionamento do automóvel;

**v) Corte do Jardim público do Coreto** para passagem de uma via de trânsito promovendo o aumento da poluição, insegurança e diminuição da qualidade do espaço público, no único espaço verde de dimensões consideráveis na cidade (a população já deu sinais claros de oposição a esta estratégia);

**vi) Corte e descaracterização do Jardim público da Alagoa,** mais um golpe na paisagem cultural urbana da cidade para servir sobretudo modelos de gentrificação da cidade;

**vii) Destruição do Jardim da Corredoura** para dar lugar a parque de estacionamento e promover a circulação automóvel em pleno coração da cidade;

**viii) Transformação do único baldio de grandes dimensões existente na cidade, o parque de feiras e mercados, em parque de estacionamento**, quando se deveriam promover a implementação de MAIS zonas verdes qualificadas pela presença na envolvente de recintos escolares e desportivos;

**ix) impermeabilização das zonas inundáveis da baixa da cidade.**

Este Plano não apresenta quaisquer melhorias para a cidade, sugere ao invés, várias intervenções que em nada refletem as necessidades da cidade de Tavira: **MAIS carros, MAIS insegurança** e diminuição da qualidade da paisagem urbana para o centro da cidade de Tavira.

**NÃO é um projeto de mobilidade sustentável, é incipiente na sua fundamentação e anda em contraciclo com os próprios ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) que invoca.** Além disso, nesta proposta, **NÃO existiu uma auscultação dos verdadeiros utentes**: as pessoas que usam diariamente os espaço centrais da cidade, nomeadamente comerciantes e todos nós, residentes em Tavira.

**Por tudo isto, NÃO concordo com este Plano de Mobilidade.**

**É imperativo e crucial, perante a complexidade da análise deste Plano de Mobilidade** para a cidade de Tavira, a sua importância estratégica e o respeito pela participação  activa dos cidadãos, que a **Consulta pública seja estendida, para além do dia 21 de Março.**

Nome:

Morada:

CC/NIF/PASS/CR: